

Belém e o mundo natural: olhares de viajantes sobre plantas e animais na urbe amazônica (1840-1860)
Belém and the natural world: views of travelers about plants and animals in the amazon urban areas (1840-1860)

Luciano Demetrius Barbosa Lima

Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Capanema, Pará, Brasil

Resumo: Conhecida por diversos viajantes durante a primeira metade do século XIX, a cidade de Belém não representou somente um lugar de estadia ou 'porta de entrada' para a realização de pesquisas e observações no mundo natural amazônico. Muitos estudiosos, seduzidos pela fauna e pela flora existentes no ambiente interno e nas cercanias da capital do Grão-Pará, também se preocuparam em descrever aspectos da natureza presentes no respectivo núcleo urbano ou em suas proximidades. A partir desses pressupostos e por acreditar que os espaços social e urbano não podem ser dissociados do natural, desenvolve-se neste artigo uma reflexão sobre as experiências de alguns estrangeiros, envolvidos na descrição de plantas e de animais na cidade do Pará.

Palavras-chave: Belém. Viajantes. Natureza. Plantas. Animais.

Abstract: Known to many travelers during the first half of the nineteenth century, the city of Belem was not only a place to stay or gateway to conduct research and observations in the natural world of the Amazon. Many scholars, seduced by the fauna and flora of the internal environment and the outskirts of the capital of Grão-Pará, also occupied themselves with describing aspects of the nature present in their urban core or in its vicinity. Keeping with this approach and believing that the social and urban spaces cannot be separated from the natural environment, this article reviews the experiences of some foreigners involved in the description of plants and animals in the city of Belém, Pará, Brazil.

Keywords: Belém. Travelers. Nature. Plants. Animals.

LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. Belém e o mundo natural: olhares de viajantes sobre plantas e animais na urbe amazônica (1840-1860). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, n. 2, p. 505-519, maio-ago. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222016000200009>.

Autor para correspondência: Luciano Demetrius Barbosa Lima. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) - PARÁ. Travessa Veiga Cabral – Centro. Capanema, PA, Brasil. CEP 68700-130 (dehistoriador@yahoo.com.br).

Recebido em 25/03/2014

Aprovado em 09/06/2016



Durante o século XIX, mais especificamente após a ruptura com o império português, a cidade de Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará, capital da mais extensa província brasileira e principal núcleo populacional da região Norte no período, foi visitada por diversos cronistas e naturalistas estrangeiros, sendo em grande parte provenientes da Europa. Esses estudiosos, seduzidos pelo mundo natural amazônico e, ao mesmo tempo, responsáveis pela produção de obras que “engendram uma história de pontos de vista, de distâncias entre modos de observação, de triangulações do olhar” (Belluzzo, 1994, p. 8) em várias situações, foram atraídos pela flora e fauna presentes na própria urbe ou em suas cercanias, estabelecendo registros que também envolviam a interação entre cidade e natureza.

Assim, ao lado das informações pontuais, voltadas para aspectos de caráter estrutural e arquitetônico direcionados a casas, ruas, praças e demais espaços que compunham a área urbana da capital provincial, muitos viajantes¹ também optaram por registrar percepções direcionadas à natureza circundante ou interna do respectivo centro urbano, pois, no olhar ‘aguçado’ de alguns estrangeiros, os animais e plantas que compõem a gigantesca riqueza biológica da Amazônia não podiam

ser dissociados da vida cotidiana da principal urbe da região, interagindo ininterruptamente com as experiências humanas em todas as suas nuances.

Fundada pelos portugueses em 1616, nas margens da baía do Guajará, com o objetivo de propiciar o controle econômico e militar na Amazônia, Belém, ou cidade do Pará, como era conhecida desde seus primórdios, se constituiu durante os séculos XVII e XVIII em um pequeno, mas promissor, centro urbano na América portuguesa. Sua localização privilegiada, situada na ‘porta de entrada’ do grande rio, favoreceu a partir da época colonial a implementação do comércio das chamadas ‘drogas do sertão’ e de outros produtos retirados da floresta, servindo também como uma das vias de acesso para a penetração de mão de obra escrava africana no Grão-Pará, aspectos que ajudaram a “assegurar a presença da administração metropolitana e serviram de referência para a irradiação da cultura civilizatória europeia” (Mourão, 2007, p. 37) na região.

Mesmo com uma “grande concentração de eventos, rupturas e rearranjos políticos nas quatro primeiras décadas” (Augusto, 2009, p. 71) do século XIX, cujo mais importante momento foi a Cabanagem (1835-1840)², Belém manteve sua condição de principal rota de acesso

¹ São diversos os estudiosos que, sob as mais diversas perspectivas, realizaram estudos sobre a literatura de viagem no Brasil. Alguns dos principais trabalhos sobre o tema são: Belluzzo (1994); Lisboa (2000); Leite (1997); Peixoto (1988); Manthorne (1996).

² A Cabanagem (1835-1840) hoje pode ser compreendida como um movimento político e social, deflagrado na província do Grão-Pará, com forte participação de caboclos, negros e índios, que ameaçou a manutenção do poder imposto pelo governo central sobre a região. Os cabanos eram um grupo heterogêneo. Em sua maioria, pleiteavam uma guerra contra os brancos (especialmente portugueses) e os maçons, mas muitos cabanos lutavam por terras e liberdade política e social. As lutas foram iniciadas na madrugada dos dias 6 para 7 de janeiro de 1835, quando o quartel e o palácio do governo em Belém foram conquistados pelos revolucionários, sob liderança dos irmãos Vinagre (Antônio e Francisco). Durante esse processo, o então presidente da província Lobo de Souza foi assassinado e substituído por José Clemente Malcher. Porém, em razão de divergências internas, Malcher foi rapidamente deposto, sendo sucedido na presidência por Francisco Vinagre, seu antigo comandante de armas. Depois de muitos reveses da chegada de uma tropa imperial comandada pelo marechal Jorge Rodrigues, os cabanos negociaram sua saída de Belém, deixando o poder. Todavia esta retirada foi provisória. Com a tomada da vila de Vigia e a prisão de Francisco Vinagre, seu irmão Antônio decidiu retomar Belém. Em agosto de 1835, há uma sangrenta luta onde morreram duas lideranças importantes: Antônio Vinagre e o filho e herdeiro do comandante Manoel Jorge Rodrigues. Finalmente, assumia a liderança cabana o jovem Eduardo Angelim, que comandou os cabanos, retomou e governou Belém até 13 de maio de 1836. O marechal Rodrigues foi destituído e teve início uma dura repressão inaugurada pelo segundo emissário, enviado pelo governo central, o marechal Francisco José Soares Andréa. Com a suspensão dos direitos constitucionais, Andréa prendeu Angelim e Francisco Vinagre, remetendo-os para o Rio de Janeiro. Ele ainda reprimiu duramente o movimento cabano, através de acordos informais, perseguições políticas e prisões. O comandante anticabano também empreendeu a retomada de Belém e criou várias expedições repressoras para o interior. A cidade de Belém foi retomada em maio de 1836, mas o interior do Pará continuou em guerra até pelo menos 1840, com um saldo de aproximadamente 30 mil mortos. Para maiores informações ver estudos clássicos, como os de Raiol (1970); Hurley (1936); Cruz (1942); Rocque (1984); Chiavenato (1984); Di Paolo (1990); Ricci (1993, 2001); Harris (2010).

e estadia para diversos viajantes que, 'favorecidos' pela "mudança da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, [...] [com] a abertura dos portos" (Leite, 1996, p. 34) e a posterior ruptura política do Brasil com o império lusitano, realizaram sem muitos entraves diversas pesquisas e observações direcionadas a aspectos do vasto espaço amazônico e, ao mesmo tempo, elaboraram relatos sobre a flora e a fauna que integravam os núcleos urbanos do Grão-Pará, confirmando a tese segundo a qual foi "grande a frequência com que os viajantes [...] mencionam as 'coisas da natureza' e se sentem atraídos pelos animais e vegetação estranha e exótica" (Belluzzo, 1996, p. 16).

No decorrer do século XIX, os estrangeiros que visitavam a cidade do Pará sob os mais diversos fins alcançaram a urbe através dos caminhos marítimos e fluviais, vislumbrando, a partir de um olhar panorâmico e privilegiado, o casario, igrejas e as edificações governamentais do núcleo populacional nas margens da baía do Guajará, "colaborando na tarefa de configurar e identificar o mundo através da construção da forma dos seres da natureza" (Belluzzo, 1994, p. 28).

A visualização de construções entrecortadas por diversos canais, que possuíam como cenário de fundo um cinturão verde, ainda pouco habitado naquele período, ocasionou reações inesperadas nos forasteiros que, muitas vezes, não separavam em seus relatos o ambiente urbano da natureza ao redor. Além desse ponto, a penetração do meio natural no ambiente da própria cidade,

exemplificado na presença de animais dos diversos canais e da vegetação, constituiu-se em aspecto que despertou fortes impressões em muitos estrangeiros que, mesmo naturalistas, não estavam habituados com a existência de conexões tão intensas entre homem e natureza em um centro populacional, ao considerarem que só "com muito trabalho conseguiu-se, com a vegetação tropical, abrir um pequeno espaço entre o rio e a floresta para encaixar a capital de uma imensa província" (Adalberto, 2002, p. 215).

Por outro lado, é importante ressaltar que referências sobre presença e interação do mundo natural em Belém não estiveram limitadas aos relatos de viajantes, encontrando-se também inseridos em trabalhos produzidos com apoio oficial, como nos ensaios corográficos³, cuja produção estava em voga no Brasil durante a primeira metade do século XIX. De acordo com um desses estudos, publicado em 1833 por Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva⁴, a cidade de Santa Maria de Belém era, no passado, "quase circulada de um grande pântano, conhecido por Piri, o qual ora está convertido em um formoso passeio de três estradas, tiradas em linha reta, bordadas de árvores plantadas para fazer sombra" (Cerqueira e Silva, 1833, p. 236), e seus moradores sofriam com questões de abastecimento e de falta de água potável, pois na urbe "ainda não existe um único chafariz, bebe-se de poços" (Cerqueira e Silva, 1833, p. 236).

Em outro trabalho lançado na mesma década, o militar e estudioso incumbido pelo levantamento estatístico do Grão-Pará em 1832, Antonio Ladislau Monteiro Baena⁵,

³ Segundo Leal (2009, p. 5), o termo corografia, originalmente entendido como a "descrição de regiões ou ainda escrita das regiões", foi amplamente utilizado entre os séculos XVII e XVIII, tendo em Varenius um dos principais responsáveis por sua divulgação. Ao usar este termo, Varenius pretendia reforçar, sobretudo, a característica de delimitar e descrever regiões individuais da Terra.

⁴ Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva nasceu em Coimbra (Portugal) em 1808, filho do desembargador Miguel Joaquim Cerqueira e Silva. Estudou na Universidade de Coimbra, mas não concluiu o curso. Ainda criança, veio para o Brasil em companhia de seu pai, se estabelecendo inicialmente no Pará, onde ficou por aproximadamente 13 anos, fixando depois residência na Bahia. Entre suas principais obras, destacam-se a "Corografia paraense..." (1833), "Memórias históricas, e políticas da província da Bahia" (1835), "Informação ou descrição topographica e politica do rio de São Francisco" (1847), "Ensaio Chorographico do Imperio do Brazil" (1853). Faleceu no Rio de Janeiro em 1865.

⁵ Antonio Ladislau Monteiro Baena nasceu em Lisboa entre 1781 e 1782, e faleceu no Pará em 29 de março de 1850. Ele chegou ao Grão-Pará em setembro de 1803, em companhia do Conde de Arcos, na função de segundo tenente de artilharia. Durante o processo de emancipação política, apoiou o Império brasileiro, alcançando posteriormente o posto de tenente-coronel. Estudioso da história do Brasil, ele tornou-se sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Cavaleiro da Ordem do S. Bento de Aviz. Foi autor de diversos estudos sobre o país. Para maiores informações, ver Blake (1883).



expressa em relação ao palácio do governo em Belém que ele foi erguido em um terreno “alagadiço por onde corria um esteiro ou pequeno Igarapé, que do mar entrava no Piri” (Baena, 2004, p. 185). Baena (2004, p. 186) complementa em relação a essa questão que “pelo lado da higiene e da mobilidade pública é mau por se não evitar o bafo maligno das valas do Piri sempre ocupadas de águas estagnadas, e por se empedrar as ruas escavadas pelas chuvas”.

Embora não se constituam em objeto de análise desse artigo, as obras desses estudiosos, elaboradas a partir de “‘encomendas’ feitas pelos conselhos gerais das províncias, e depois pelas Assembleias Provinciais” (Baena, 2004, p. 142), possibilitam interessantes exemplos sobre as preocupações, ainda na primeira metade do século XIX, em traçar esboços do espaço urbano e econômico de Belém, englobando constantes referências ao meio natural da região. Esses trabalhos, geralmente conhecidos na época pela denominação de “Corographicos”, tinham como característica mesclar informações de cunho histórico e geográfico, buscando “descrever a nova nação em seus diferentes aspectos” (Figueiredo, 2008, p. 142). Os ensaios elaborados por esses estudiosos, muito além de serem observados como “simples descrição estatística” (Figueiredo, 2008, p. 143), apresentam exposições históricas e geográficas fundamentais para conhecimento sobre a interação do mundo natural com a cidade do Pará, auxiliando na análise das percepções dos viajantes sobre o respectivo tema, a ser realizada nos tópicos seguintes.

Considerando que os “relatos de exploradores, viajantes e naturalistas europeus [...] são outra fonte fundamental da história ambiental” (Drummond, 1991, p. 6), e acreditando que as necessidades do homem em relação ao mundo natural ganham uma conotação ainda mais evidente em uma cidade circundada pela imensidão de um rio e de uma floresta como a amazônica, onde a relação dos moradores com o meio natural nunca esteve ausente, o presente estudo almeja investigar as percepções e observações de diversos estudiosos estrangeiros sobre as interações do mundo natural na cidade de Belém, mais

especificamente a fauna e a flora, entre as décadas de 1840 e 1860, momento crucial para a história da urbe amazônica e da nação, fixado entre o processo de lutas regenciais e o *boom* da economia gomífera no Grão-Pará, deflagrado no último quarto do século XIX. Os principais argumentos a favor do contexto temporal escolhido encontram-se nas limitações de espaço em um artigo, na dispersão dos registros de viajantes direcionados a aspectos do mundo natural em Belém e na opção pela análise dessa temática no período pós-Cabanagem.

É importante também ressaltar que, embora o presente estudo trate de analisar um “‘ambiente social’, [...] cenário no qual os seres humanos interagem uns com os outros” (Drummond, 1991, p. 4), a natureza não está ausente ou se encontra constituída apenas como um ‘pano de fundo’ passivo, mas interfere constantemente no meio urbano, seja em virtude da presença de animais domesticados ou selvagens, do uso de plantas como alimento ou de árvores cultivadas para embelezar o espaço da cidade. Além disso, o respectivo texto, embora não tenha a finalidade de “construir uma tipologia diferenciada quanto à formação e aos objetivos de cada viajante” (Pádua, 2009, p. 321) especificado, é consubstanciado por relatos provenientes de estudiosos pertencentes às mais diversas funções e atribuições que, em suas experiências, produziram “informes preciosos, mesmo que leigos, sobre aspectos naturais (fauna, flora, plantas cultivadas, paisagens etc.)” (Drummond, 1991, p. 7), cujos relatos “têm mais a dizer sobre os aspectos naturais do que sobre as sociedades” (Drummond, 1991, p. 7), pois seus “olhos eram treinados para identificar novas espécies animais e vegetais, independentemente de sua utilidade econômica” (Drummond, 1991, p. 7) ou área de exploração.

Assim, se os “seres humanos participam dos ecossistemas tanto como organismos biológicos aparentados com outros organismos quanto como portadores de cultura” (Worster, 1991, p. 9), as experiências sociais, de maneira geral, em um núcleo populacional não podem ser dissociadas da multiplicidade de plantas e animais que as

integram ou circundam, pois se, em linhas gerais, grande parte desses registros estabelecidos através de olhares estrangeiros direcionava-se à grande floresta, aos rios e aos povos nativos, não foram poucos os naturalistas e viajantes que expuseram em seus escritos a presença do mundo natural amazônico na capital do Grão-Pará, destacando elementos da flora ou da fauna presentes na cidade, que, hoje, constituem-se em informações importantes para um estudo direcionado à história ambiental.

Não obstante, admitindo que esse estudo agrega um “terceiro nível para o historiador ambiental” (Worster, 2003, p. 4), o qual se constitui em um “tipo de encontro mais intangível, puramente mental, em que as percepções, ideologias, ética, leis e mitos tornaram-se parte de um diálogo de indivíduos e de grupos com a natureza” (Worster, 2003, p. 4), constitui-se em tarefa relevante conhecer, a partir do próximo tópico, como alguns viajantes, portadores de concepções e visões de mundo diversificadas, expuseram a presença da fauna amazônica em Belém na primeira metade do século XIX.

UMA CIDADE E SEUS ANIMAIS: RELATOS DE VIAJANTES SOBRE A PRESENÇA DA FAUNA AMAZÔNICA EM BELÉM

Durante grande parte do século XIX, a presença de viajantes e naturalistas estrangeiros em solo amazônico, particularmente na cidade de Belém, transformou-se em uma situação recorrente. Eles foram marcados pelo “dever de captar o maior número de eventos, características e informações sobre os lugares por que passavam” (Silva, 2010, p. 1) e influenciados, na conjuntura oitocentista e imperialista, pela adoção de “procedimentos científicos apoiados no colecionismo, na atenção especialmente voltada para a diferença e para a exceção, na taxonomia do mundo natural, na inventariação dos tipos humanos” (Silva, 2010, p. 1). Muitos estrangeiros, embora experimentados em relação à diversidade do mundo natural, ficaram surpreendidos já em seu desembarque, quando mantiveram os primeiros contatos com a capital

do Grão-Pará, que possuía em suas ruas, habitações e adjacências uma vasta diversidade natural proveniente da imensidão amazônica circundante.

Nesse sentido, foi significativa a importância de Belém como espaço de pesquisas e descobertas realizadas por muitos estudiosos, que consideravam a cidade e suas cercanias como lugares que abriam a possibilidade de principiar suas experiências em relação ao mundo natural da região. Para esses viajantes, antes de explorar um espaço florestal considerado estranho ou inóspito, era prudente realizar as primeiras excursões nos “arredores da cidade, [...] situada num canto de terra formado pela junção dos rios Guamá e Pará” (Bates, 1979, p. 14), sendo considerada por muitos naturalistas do século XIX como um lugar constantemente “ameaçado” pela natureza amazônica, pois a “floresta que cobre toda a região chega quase até as ruas da cidade; [...] construída numa clareira aberta na mata, e unicamente os cuidados constantes do governo impedem que a selva torne a tomar conta dela” (Bates, 1979, p. 14).

A inseparável ‘proximidade’ ou ‘conexão’ da cidade de Belém com o mundo natural amazônico trazia para as ruas e habitações da urbe uma fauna muitas vezes desconhecida aos olhos dos viajantes, que, provenientes de regiões com padrões biológicos distintos, como a Europa e os EUA, ficavam em diversas situações surpreendidos com a constante presença de animais e insetos no interior da capital do Grão-Pará. Assim, extrapolando muitas vezes seus próprios objetivos iniciais, os registros desses estudiosos também englobaram aspectos da fauna encontrada na urbe amazônica, que deixava de se constituir apenas em uma espécie de ‘estada’ na vastidão da floresta, mas também constituindo-se como um espaço não dissociado das diversas espécies de seres vivos nela existentes.

Nesse sentido, em 1842, momento imediatamente posterior ao término da Cabanagem, o Príncipe Adalberto da Prússia, nobre, estudioso e integrante de uma das famílias imperiais mais poderosas da Europa no século XIX, conheceu a cidade de Belém no intercurso de seu trajeto entre o Amazonas e o Xingu. Os registros

sobre a urbe amazônica publicados em sua obra não ficaram caracterizados apenas por descreverem aspectos urbanísticos e populacionais, mas, em algumas situações, também envolveram referências a variados aspectos da fauna e da flora existentes nas proximidades da capital do Grão-Pará, um dos últimos destinos de sua expedição. Como pode ser percebido no fragmento a seguir:

A província do Pará é, com seu clima equatorial quente e sempre igual – que, porém, é amenizado pela monção que penetra do oceano no rio Amazonas pela sua vasta embocadura, e pelas umbrosas florestas que protegem o solo úmido e fértil dos raios abrasadores do sol [...] nenhuma cidade do Império tem tão rica lista de artigos de exportação, como a capital desta província, que possui nada menos que quarenta; entre eles encontramos também alguns produtos do reino animal (Adalberto, 2002, p. 214).

Apesar da ênfase a uma perspectiva econômica que considerava o meio natural circundante da cidade, particularmente os gêneros provenientes do mundo animal, através de sua importância para a exportação, a citação anterior privilegia uma linha de pensamento baseada na concepção de observar a “natureza devido ao seu valor intrínseco” (Pádua, 2002, p. 18), por meio de um “paradigma ocidental de progresso econômico” (Pádua, 2002, p. 18), muito comum no século XIX. As palavras do príncipe prussiano possibilitam uma interessante visão da presença do mundo natural amazônico em Belém, urbe que, em sua descrição, estava encravada em uma região próxima de várias “ilhas cobertas de florestas, dentre as quais a ilha das Onças é a mais importante” (Adalberto, 2002, p. 214).

Alguns anos depois, mais especificamente em 1848, Belém foi conhecida por dois dos “mais renomados cientistas a visitarem o Brasil” (Vainfas, 2002, p. 711), os naturalistas Alfred Russel Wallace (1823-1913) e Henry Walter Bates (1825-1892). Apresentando uma sensibilidade maior do que o príncipe prussiano sobre a presença do mundo natural na cidade, Wallace expôs, desde o momento de sua chegada à cidade do Pará, referências à fauna existente na urbe, expressando que os “urubus

voavam lá no alto, ou então, indolentemente, caminhavam na praia. Em bandos numerosos, as andorinhas passavam voando ou iam pousar nos telhados das casas e das igrejas” (Wallace, 2004, p. 36). Apesar desse registro, Wallace (2004, p. 39) não escondeu sua decepção ao não encontrar de imediato outros animais nos arredores do núcleo urbano, afirmando: “durante a primeira semana de nossa residência no Pará, embora constantemente embrenhado nas florestas de seus arredores, eu não vi sequer um beija-flor, um papagaio ou um macaco”.

Contudo, possivelmente em razão de ter tido êxito em explorações posteriores nos arredores da cidade do Pará, o estudioso britânico alterou sua opinião, ao expressar: “como eu depois verifiquei, os beija-flores, os papagaios e os macacos são muito numerosos ali” (Wallace, 2004, p. 39). As percepções de Wallace em relação à presença da fauna amazônica nas proximidades da cidade de Belém demonstram primeiramente que, para muitos viajantes, a capital do Grão-Pará não estava dissociada do mundo natural circundante e, em segundo, que a própria urbe também funcionou, em algumas ocasiões, como uma espécie de ‘laboratório’ inicial, onde alguns estudiosos estrangeiros experientes realizavam suas primeiras observações, marcadas geralmente por sentimentos de estranhamento frente a animais não existentes em solo europeu, como pela própria floresta, que podia ser vislumbrada a partir da capital provincial.

Henry Walter Bates, naturalista e etnólogo inglês que esteve na Amazônia a serviço do Museu de História Natural de Londres, cuja função era coletar material zoológico e botânico permanecendo na região até 1859” (Silva, 2011, p. 380), inseriu nas páginas de sua obra, intitulada “Um naturalista no rio Amazonas”, um interessante registro da fauna encontrada na capital do Grão-Pará. Suas descrições voltadas para a botânica e a zoologia, acompanhadas da busca por alimentar “coleções para vários museus de história natural” (Vainfas, 2002, p. 711), foram também realizadas durante suas caminhadas pela área urbana e redondezas da cidade, constituindo-se em

um indício revelador da importância do respectivo centro populacional como espaço de observações e reflexões sobre a fauna da região, superando a perspectiva na qual Belém representava apenas um ponto de partida/chegada de estudiosos, ou local para estada, visando à exploração da grande floresta.

Ao contrário de vários viajantes que o antecederam ou precederam, Bates considerava a existência de diferenciações entre os seres vivos que habitavam as cidades ou suas proximidades daqueles que existiam nas florestas distantes dos centros populacionais, por isso achava importante a realização de pesquisas sobre o mundo natural a partir de núcleos urbanos ou de suas cercanias, chegando a argumentar que no “Brasil, as terras nas vizinhanças das cidades e as clareiras cultivadas e batidas de sol abrigam espécies de animais e plantas bastante diferentes das encontradas nas densas florestas primitivas” (Bates, 1979, p. 14).

Foi a partir dessas perspectivas que esse naturalista defendeu a necessidade de produzir um registro de suas observações “sobre o mundo animal durante as exposições que fizemos nos arredores da cidade do Pará” (Bates, 1979, p. 14). Assim, desde o momento em que vislumbrou a capital paraense, a partir da baía do Guajará na mesma embarcação que trazia Wallace, esse estudioso preocupou-se em expor a fauna amazônica presente nas águas e nas florestas adjacentes à urbe. Tais características podem ser observadas no fragmento a seguir:

Só vimos urubus à distância, voando em círculos a grande altura por sobre os matadouros públicos. Nos arredores da cidade avistamos bandos de papa-moscas, tentilhões e de papa-formigas, bem como numerosos pássaros de plumagem comum e de estrutura intermediária entre a dos papamoscas e a dos tentilhões, alguns dos quais deixam pasmado o forasteiro com os extraordinários pios que soltam de seus esconderijos no meio do denso matagal; havia também sanhaços e outros passarinhos (Bates, 1979, p. 15).

Esse trecho pode ser caracterizado por repetir parcialmente a descrição de Wallace, ao expor a presença

de diversas espécies de aves visualizadas durante o momento de chegada dos estudiosos em Belém, como os urubus e os tentilhões que sobrevoavam os céus da cidade. Também pode ser assinalado por conter aspectos diferenciados, ao expor, em detalhes, outros grupos de pássaros observados nas proximidades da capital do Grão-Pará, por exemplo, os sanhaços.

Demonstrando uma forte sensibilidade em relação à fauna existente na cidade do Pará, Bates passou a realizar, no tempo em que permaneceu em Belém, diversas caminhadas e explorações nas matas adjacentes à urbe, investigando e descrevendo, a partir de olhares específicos, vários animais que existiam nas proximidades da capital do Grão-Pará. Suas observações direcionadas a esses seres, geralmente caracterizadas por misturar sentimentos de estranhamento com perspectivas de descoberta, eram sensíveis aos mais simples ruídos apresentados na floresta, como é possível observar em:

Enquanto seguíamos o nosso caminho o crepúsculo desceu rápido, e o mato ao nosso redor se encheu dos variados sons da vida animal. O chiado das cigarras, o estridular de uma imensa variedade de grilos e gafanhotos, cada espécie fazendo soar a sua nota particular, e o plangente coaxar das pererecas arborícolas misturavam-se para formar um som contínuo e estridente – a expressão sonora da fervilhante e multifária Natureza. Quando a noite caiu, várias espécies de sapos e rãs dos alagados juntavam-se ao coro, e o seu matraquear, tão alto como eu ainda não ouvira em nenhum outro lugar (Bates, 1979, p. 13).

Caracterizadas pela ênfase ao deslumbramento com os sons e a diversidade da fauna encontrada em áreas próximas da cidade de Belém, as palavras direcionadas por Bates aos diversos seres vivos encontrados em suas primeiras explorações nas cercanias da urbe constituem-se em um interessante documento para a compreensão da mescla de sentimentos de fascínio e estranhamento, sentimentos contagiantes para grande parte dos viajantes que pisavam na capital do Grão-Pará durante aquele contexto. Assim, diferentemente de outros centros

urbanos visitados, onde possivelmente as relações político-sociais e a cultura dos grupos humanos seriam mais enfatizadas, na cidade do Pará, o que fascinava muitos estudiosos eram outros fenômenos originados pelo mundo animal e vegetal.

Além dos sons produzidos por diversas espécies de animais nas redondezas de Belém, o mundo natural amazônico também foi percebido nas ruas da cidade, onde, segundo Bates (1979, p. 13), os "pirilampos surgiam em grande profusão, pisca-piscando no escuro da mata e até mesmo nas ruas movimentadas. Recolhemo-nos às nossas redes, encantados com o que havíamos visto". Essa passagem, que faz lembrar, em seu entusiasmo, a experiência de Fernand Braudel quase um século depois com os pirilampos no sertão da Bahia, possibilita uma interessante reflexão sobre como aspectos aparentemente corriqueiros para os nativos, como o piscar de vagalumes, podiam transformar-se em momentos especiais ao olhar estrangeiro.

Entusiasmado com suas experiências nas matas adjacentes e nas vias públicas de Belém, Bates (1979, p. 16) também registrou aspectos da fauna amazônica, presentes no interior das habitações da cidade, como é possível verificar no fragmento a seguir:

As lagartixas domésticas pertencem a uma espécie particular, a dos gecos, e são encontradas até mesmo nas casas mais bem cuidadas, geralmente nas paredes e no teto, onde permanecem grudadas e imóveis, durante o dia, já que só se tornam ativas à noite. [...] Os que vivem nas casas são pequenos, mas já vi alguns de grande tamanho em ocios de árvore, na floresta.

Não é difícil constatar, nessa descrição de Bates sobre as lagartixas observadas no interior das residências em Belém, a existência de alguns aspectos centrais do olhar desse viajante sobre a fauna existente na cidade. Primeiramente, o fato de a presença desses animais integrar as habitações em geral, independentemente da condição socioeconômica ou de higiene das casas. Em segundo lugar, a existência nas percepções desse

estudioso do "pressuposto dos 'parentescos naturais' entre as espécies dos três reinos da natureza, nomeadas segundo o sistema de classificação de Lineu" (Vainfas, 2002, p. 711). Essas imagens, que podiam ser obtidas através de procedimentos aproximativos, também cediam à "representação visual dos seres da natureza por meio da forma, instância capaz de permitir a análise e o discernimento desses entes naturais. Para defini-los seria necessário situá-los em um determinado lugar, encontrar a posição ocupada por cada um deles" (Belluzzo, 1994, p. 30).

Ao mesmo tempo em que realizava observações nos arredores e edificações da capital do Grão-Pará, Bates (1979, p. 16) analisou e coletou espécies da fauna amazônica nos quintais domésticos da urbe, onde era "encontrado um variado número de lindas e vistosas borboletas" e nos "trechos descampados e cobertos de mato rasteiro", que, segundo ele, "eram geralmente muito diferentes [...] das que habitavam a penumbra da floresta". Embora não seja objetivo do presente estudo analisar as supostas diferenças atribuídas por Bates entre os animais encontrados em áreas urbanas ou proximidades e aqueles que habitam as áreas florestais mais isoladas, essa argumentação se constitui em um indício revelador de que o cientista britânico não realizava seus experimentos em Belém acidentalmente, ele seguia possivelmente um cronograma de investigações previamente estabelecido.

Por meio de suas explorações no espaço urbano da cidade do Pará, Bates (1979, p. 14) demonstrou entusiasmo em seus contatos com a fauna existente em Belém, efetivando um estudo sistemático das diversas espécies de seres vivos encontradas nas ruas, casas, quintais e cercanias da capital provincial, urbe cuja própria localização é em um "terreno [...] ligeiramente ondulado, de forma que as áreas se alternam com trechos pantanosos", o que propiciava, segundo ele, diferenças "nestes e naquelas a vegetação e a vida animal". Além disso, percebe-se que a realização dessas experiências em um núcleo urbano

não se constituía em grande novidade para o cientista europeu, possivelmente habituado com a realização de experimentos em ambientes com maior fluxo populacional.

Além das observações direcionadas às espécies pertencentes à fauna amazônica, encontradas no interior e cercanias da capital do Grão-Pará, muitos viajantes também se preocuparam em descrever aspectos da flora (local ou não) que integrava o espaço da cidade, a partir de múltiplas percepções e objetivos. Alguns desses registros, caracterizados por possibilitar outro olhar sobre a respectiva capital provincial, serão analisados no tópico a seguir.

PLANTAS PARA CURAR, ALIMENTAR E EMBELEZAR: OLHARES DE VIAJANTES SOBRE A FLORA NA CIDADE DO PARÁ

Em 1891, quando o estudioso paraense José Veríssimo repetiu, em um discurso comemorativo da restauração do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia (atual Museu Paraense Emílio Goeldi), as palavras de Henry Bates, nas quais Belém era vislumbrada como o “paraíso do naturalista, que, desde Lacondamine até Carlos Hartt, foi perlustrada por sábios e viajantes do mais alto valor, como Rodrigues Ferreira, [...] Humboldt, Martius, Castelnau, o célebre Wallace, e Chandless, e Orton, e Keller e Agassiz” (Veríssimo, 1896, p. 6), já existia uma percepção consolidada entre diversos seguimentos do meio intelectual brasileiro e mundial quanto à importância da urbe para a realização de múltiplos estudos direcionados ao imenso mundo natural, particularmente aquilo que Veríssimo chamou de “opulência verdadeiramente maravilhosa da sua flora” (Veríssimo, 1896, p. 6).

Neste ponto, mesmo admitindo que alguns estudiosos estrangeiros, ao visitarem a cidade de Santa Maria de Belém no Segundo Reinado, tenham se utilizado desse núcleo urbano apenas como uma ‘parada de descanso’, visando à concretização de viagens mais extensas direcionadas à pesquisa da grande floresta e de seus habitantes, são

diversos os relatos que direta ou indiretamente envolvem referências à diversidade do mundo vegetal, integrante do ambiente interno ou próximo da capital paraense. Assim, a cidade do Grão-Pará era também considerada naquela conjuntura como uma espécie de ‘apêndice’ da imensidão amazônica, possuindo, ao longo de seu traçado urbano e nas áreas próximas, muitos espaços verdes que, em algumas situações, possibilitavam uma ‘experiência’ inicial de contato com a mata, realizada por vários viajantes antes de adentrar na grande floresta.

A dinâmica de uma capital, povoada em grande parte por mestiços e índios, que constantemente traziam elementos pertencentes à flora da região para seus ambientes internos, seja na forma de alimentos, seja como remédios, ou pelas autoridades que visavam a embelezar algumas áreas da cidade através do plantio de árvores e construção de jardins, configurava-se como uma experiência de contato fascinante para viajantes estrangeiros, conhecedores ou não da diversidade natural amazônica. Além desses pontos, o fato de Belém se constituir durante o início do Segundo Reinado em uma urbe de proporções reduzidas, que parecia constantemente ameaçada de ser ‘engolida’ pelo rio e matas que a circundavam, tornou-se mais um atrativo para a efetivação de observações por parte de diversos estudiosos.

Nesse sentido, ao visitar a cidade de Belém em 1842, o príncipe Adalberto da Prússia fez diversas referências à presença e à interação da vegetação amazônica circundante à urbe, expressando já de forma inicial em seu estudo originalmente publicado na Europa que a mesma fixava-se em uma “ponta de florestas do continente [...] logo abaixo da embocadura do Guamá, no rio Pará” (Adalberto, 2002, p. 214-215), estendendo-se por “mais um quarto de milha pela margem plana de rio acima, até extremar-se novamente num ângulo obtuso com as florestas da terra firme” (Adalberto, 2002, p. 215).

O nobre prussiano, em suas observações da natureza circundante da capital do Grão-Pará, também deixou transparecer percepções envolvendo aspectos

econômicos ou utilitários relacionados ao mundo natural, ao argumentar que “em nenhum ponto da terra, pois que nem num milênio se acabará aqui a madeira de construção” (Adalberto, 2002, p. 215). Além de expor percepções que mesclavam sentimentos de deslumbramento e pensamentos imperialistas em relação ao potencial econômico do mundo natural próximo de Belém, o príncipe Adalberto (2002, p. 215) fez menções à área verde presente no espaço interno da cidade, expressando que na capital existe uma:

Magnífica aleia de umbrosas mangueiras, entre dois canais por trás da cidade, através de campos atravessados por numerosos fossos alimentados pelas águas do preamar. Na outra extremidade desta belíssima avenida fica uma pequena praça livre com uma igreja, ao lado da qual vi erguerem-se no ar as primeiras palmeiras-leque (*Miriti*, *Mauritia flexuosa**). Por perto é tudo só floresta virgem.

Por meio da descrição do nobre prussiano, é possível verificar que, em seu espaço interno, a capital do Grão-Pará, já na primeira metade do século XIX, possuía uma flora diversificada, mesclando plantas nativas e provenientes de outras partes do mundo. Além disso, as palavras de Adalberto da Prússia também ajudam a revelar que havia uma estreita conexão entre o espaço urbano e o natural na conformação da cidade. Essas observações, caracterizadas por envolver aspectos do mundo natural, também foram estabelecidas a partir de conhecimentos da flora local. Além desse aspecto, outro ponto a ser ressaltado nesse fragmento corresponde à preocupação do príncipe em expor a cidade como uma espécie de prolongamento da natureza amazônica, misturando características do espaço urbano de Belém com o mundo natural da região, como a floresta e os rios que circundavam a capital do Grão-Pará.

Os argumentos do príncipe prussiano em relação ao meio florestal circundante e à área verde interna da capital paraense também podem ser enquadrados no contexto científico internacional, caracterizado, já nas décadas iniciais do século XIX, pela expansão do conhecimento relacionado ao mundo natural e biológico. Nesse sentido, por mais que não envolvessem diretamente as percepções de um naturalista ou cientista europeu, as observações de um importante representante das elites dominantes de um emergente reino alemão sobre a flora amazônica nas proximidades de Belém não podem ser dissociadas daquela conjuntura marcada por viagens e explorações científicas.

Em 1846, o Conde de Suzannet, viajante francês que percorreu várias regiões do Brasil, esteve na capital do Grão-Pará durante alguns dias. Seu registro direcionado à cidade, embora mais sucinto do que o do príncipe Adalberto, também possui diversas citações ao mundo natural existente nos arredores e à parte interna da cidade, como é possível verificar em:

Pour arriver à Sainte-Marie-de-Belem, capitale de la province du Para, située à quinze lieues de l'embouchure, nous admirâmes les belles forêts qui en couvraient les bords. Quelques rares habitations s'élevaient çà et là au milieu des arbres. Les terrains qui bordent la rivière n'ont aucune valeur; nous passâmes près d'une île qui avait plus d'une lieue carrée; elle n'avait été vendue que 5000 francs; pourtant on y remarquait quelques maisons recouvertes en tuiles, et la valeur des bois qui s'y trouvaient excédait dix fois cette faible somme (Suzannet, 1846, p. 425)⁶.

Muito além das descrições rotineiras, direcionadas à localização e às dimensões da cidade de Belém, o fragmento retirado da obra do Conde de Suzannet possui várias referências ao mundo natural circundante da capital,

⁶ “Para chegar a Santa Maria de Belém, a capital da província do Pará, situada quinze léguas da boca, nós admiramos as belas florestas que cobriam as margens. Poucas casas estavam aqui e ali entre as árvores. A terra margeando o rio não tem valor, passamos por uma ilha que tinha mais de um quilômetro quadrado, que foi vendida por apenas 5.000 francos; ainda notei algumas casas cobertas com telhas, e o valor da madeira que estava lá excedeu dez vezes aquela pequena quantia” (tradução nossa).

onde são exaltadas as “belas florestas” existentes nas proximidades da urbe, e principalmente as atribuições econômicas desses recursos naturais, como os valores de uma ilha próxima e da madeira existente nas matas adjacentes ao núcleo populacional. A visão economicista dispensada pelo nobre francês ao mundo natural presente nos arredores da capital do Grão-Pará possui muitas proximidades com os argumentos do príncipe Adalberto da Prússia, que conheceu os espaços florestais existentes nas cercanias da cidade na mesma conjuntura.

Em fins da década de 1840, Belém recebeu a visita do viajante e naturalista Alfred Russel Wallace (1823-1913). Este estudioso, como já foi destacado no tópico anterior, além de realizar uma longa expedição no percurso da bacia amazônica, também se notabilizou por registrar na sua obra diversas observações sobre aspectos da fauna e da flora presentes no interior e nas proximidades da capital provincial, enfatizando a existência de uma grande diversidade natural na parte interna e nas cercanias da urbe, como é possível observar no fragmento a seguir:

O vigor da vegetação evidencia-se por toda parte. As platibandas e cornijas das casas revestem-se de pequenas plantas, e nos altos das paredes e nichos das igrejas veem-se musgos, relvas e mesmo arbustos ou árvores de pequeno porte. Para cima, para baixo e para além da cidade, tanto quanto a vista pode alcançar, estende-se a floresta virgem. Em todas as ilhotas do rio, veem-se árvores até a beira da água, e as pequenas praias, agora atingidas pela cheia, são cobertas de arbustos ou árvores baixas, cujas grimpas estão apenas acima da superfície das águas. O aspecto geral da vegetação pouco difere do da Europa, excetuando-se as palmeiras, de abundante folhagem, e que ostentam graciosas formas (Wallace, 2004, p. 37).

As palavras de Wallace, direcionadas à presença de aspectos da flora em Belém, demonstram mais uma vez que os olhares de muitos viajantes estrangeiros em relação ao mundo natural amazônico não ficavam limitados à observação das florestas ou rios existentes na região, mas abarcavam um “leque” muito extenso de

possibilidades a serem analisadas. Para esse estudioso, as ruas, casas, jardins e quintais da cidade do Pará eram capazes de oferecer uma variedade de pontos da natureza dignos de observação. Assim, tanto as pequenas plantas localizadas nos altos das paredes das habitações e das igrejas, possuidoras de diversas espécies de musgos, relvas e arbustos, como as árvores presentes ao longo de toda a área urbana da capital do Grão-Pará forneciam possibilidades de averiguação do mundo natural, não devendo ser desprezadas.

O olhar atento de Wallace, direcionado à presença do mundo natural nas ruas, habitações e arredores de Belém, possibilita uma nova percepção específica sobre a cidade, com destaque para os elementos pertencentes à flora, presentes ao longo de todo o núcleo populacional. Nessa percepção, a própria atribuição de degradação direcionada à cidade pelo viajante e naturalista estrangeiro era marcada pela interação com a natureza, pois, segundo ele, as “migalhas de jardim e terrenos baldios entre as casas, separados por cercas de madeira já apodrecida, os quais estão tomados por verdadeiros capinzais, vendo-se também, de permeio, algumas bananeiras” (Wallace, 2004, p. 40-41), contribuía para enfeiar a capital provincial.

Henry Walter Bates, estudioso que acompanhou Wallace em parte de sua expedição pela Amazônia, também apresenta impressões relacionadas à flora de Belém. Logo ao desembarcar na cidade, ele expressa que o “ar quente e úmido [...] parecia desprender-se do chão e das paredes, fez-me lembrar das estufas tropicais de Kew” (Bates, 1979, p. 12), e no decorrer da “tarde caiu um forte aguaceiro” (Bates, 1979, p. 12). Além de considerações relacionadas às mudanças climáticas ocasionadas em Belém, esse estudioso também argumenta que em seu primeiro passeio pela urbe adentrou em “um campo relvado [...] que ia dar na floresta virgem” (Bates, 1979, p. 12). Em seguida, Bates (1979, p. 13) traça um registro diversificado das árvores que compunham o ambiente interno da cidade do Pará, ao expressar:



Esplendorosa beleza da vegetação. As copas sombrias e espessas das mangueiras eram vistas em toda parte, surgindo por entre as casas, em meio à fragrância das laranjeiras, limoeiros e outras árvores frutíferas tropicais, algumas em floração, outras apresentando frutos em vários graus de maturidade. Aqui e ali, projetando-se acima das árvores de copa escura e arredondada, viam-se as hastes eretas e lisas das palmeiras, exibindo no alto o seu magnífico tufo de folhas finalmente franjadas. No meio delas chamava especialmente a atenção o esguio açaí, em grupos de quatro ou cinco, com sua haste lisa e levemente recurva elevando-se a vinte ou trinta pés de altura e terminando num penacho de plumosa folhagem, de contornos indescritivelmente leves e graciosos. Nos ramos das árvores mais altas e de aspecto mais comum enganchavam-se tufos de parasitas de curiosas folhas. Delgadas líanas pendiam dos galhos, formando guirlandas, ou caíam como fitas do alto das árvores, ao passo que trepadeiras de exuberante folhagem invadiam tudo o que encontravam pela frente, troncos de árvores, telhados, muros, ou se derramavam por sobre as cercas numa incrível profusão de folhas. A soberba bananeira (*Musa paradisiaca*), a qual, conforme diziam todos os livros a respeito, constituía um dos maiores encantos da vegetação tropical, crescia ali com grande viço, suas verdes e luzidas folhas de doze pés de comprimento debruçando-se sobre o telhado das varandas, nos fundos de todas as casas.

Assinalada por destacar os aspectos naturais presentes na cidade de Belém, a descrição de Bates expõe a urbe amazônica a partir de múltiplos elementos pertencentes à flora nativa da região ou não. Para o viajante europeu, a capital do Grão-Pará, não era formada apenas por construções feitas de pedra, constituindo-se também a partir de uma grande diversidade de espécies vegetais, integrada por árvores frutíferas tropicais originárias de várias regiões do mundo, onde se destacam mangueiras, laranjeiras e limoeiros, ao lado de vegetais oriundos da Amazônia, como açaizeiros e bananeiras. Assim, muito mais do que os aspectos estruturais e populacionais da cidade do Pará, a presença de espécimes vegetais era composta por diferentes tonalidades de verde, que fascinavam a percepção e hipnotizavam o experiente olhar do naturalista.

Além das referências à vegetação das ruas e de quintais de Belém, Bates (1979, p. 16) também se

preocupou em descrever aspectos da flora existentes nas cercanias da cidade, ao expressar que nas proximidades da estrada das Mongubeiras havia “uma das estreitas veredas [...] cercada dos dois lados por tapumes cobertos de trepadeiras folhudas e de soberbas flores”, que “ia desembocar numa grota úmida, onde ficava localizada uma das cisternas públicas num pitoresco nicho escondido sob uma moita de palmeiras Mucajás” (Bates, 1979, p. 16-17). Ainda de acordo com o estudioso, os “troncos das árvores, cercas e paliçadas estavam tomados por trepadeiras do gênero *Pothos*, de grandes folhas acetinadas em forma de coração” (Bates, 1979, p. 17). Por meio dessa exposição, é possível verificar que, na percepção do naturalista britânico, a capital do Grão-Pará era muito mais do que um núcleo urbano encravado na Amazônia, sendo parte da própria floresta.

Em 1858, cerca de uma década depois da passagem de Bates, Belém foi visitada pelo médico e explorador germânico Robert Avé-Lallemant, que, após ter residido no Rio de Janeiro na década de 1830, realizou várias expedições pelo país com apoio do governo imperial. Em sua passagem pela capital do Grão-Pará, além de apresentar uma visão inicial perceptivelmente contraditória da cidade, ao argumentar que ela dava uma “boa impressão, vista do rio, embora tudo nela pareça velho” (Avé-Lallemant, 1980, p. 29) e das corriqueiras descrições urbanísticas, onde se destacam “vestustas igrejas; a Alfândega, [...] o magnífico palácio do presidente” (Avé-Lallemant, 1980, p. 29), o viajante também se preocupou em expor um interessante quadro sobre a presença do mundo natural na urbe, expressando que:

Na verdade, o estado de primitividade da Natureza, mesmo nos arredores da cidade, atingidos pela civilização avassaladora, já recuou várias vezes, embora, triunfando igualmente por toda a parte sobre a arte e a cultura, ela tenha deixado seus soberbos representantes e plantado outros. Quando se sai das ruas pacatas do Pará, nas quais, por causa do calor equatorial, se evitam todo movimento e esforço desnecessários, para o campo, para a chamada “rocinha”, encontra-se

aí quase tudo transformado num vasto parque. Maravilhosas aleias cruzam-se em ângulos, orladas de terminálias, cujos ramos, sobrepondo-se em camadas, dão uma sombra refrigerante, ou de eriodendros, cujos troncos gigantescos, não obstante muitos parecem seculares, estão ainda em idade infantil. [...] As viçosas bananeiras ensombram lindas casas de campo [...]. E mais mangueiras, artocarpos e numerosas anomáceas, laranjeiras, cafeeiros e tudo o mais que a viçosa vegetação tropical pode apresentar; tudo isso se aglomera em redor das bonitas casas de campo, nas quais o paraense procura escapar à canícula tropical (Avé-Lallemant, 1980, p. 30-31).

Caracterizada pela riqueza de detalhes sobre a presença do mundo natural em Belém, a descrição de Robert Avé-Lallemant proporciona alguns aspectos ausentes nas obras de viajantes expostas anteriormente. Primeiramente, pode-se ressaltar a preocupação do estudioso em ressaltar as mudanças sofridas no meio natural da cidade e adjacências, ocasionadas, segundo ele, pelo triunfo da “civilização”. Em segundo, o autor ressalta que nas cercanias da urbe, mais especificamente nas chamadas “rocinhas”, subsistia uma natureza modificada pelas mãos humanas, que transformaram o espaço em um “vasto parque”, com uma flora cultivada, servindo para embelezar, proteger do calor ou alimentar, nas proximidades daquilo que ele considera como belas “casas de campo”, com destaque para o espaço próximo à igreja de Nazaré.

As reflexões de Avé-Lallemant sobre a presença e usos da flora em Belém permitem verificar que a observação de diversas espécies vegetais na cidade não apenas relacionava-se a interesses científicos em relação aos viajantes, como também se adequava a múltiplas finalidades por parte de seus habitantes. Evidentemente, a capital do Grão-Pará, analisada por estudiosos como Suzannet, Wallace, Bates e Avé-Lallemant, não era a mesma que moradores e autoridades vislumbravam em suas vivências cotidianas. Para grande parte dos viajantes que pisaram na região durante o Segundo Reinado, a cidade do Pará era muito mais que um amontoado de edificações, um centro administrativo ou um espaço de relações econômicas

situado no meio de uma floresta, representando também uma espécie de extensão urbanizada do mundo natural amazônico, mesclando aspectos da flora e da fauna nativas com a de várias regiões do mundo.

FECHANDO ALGUNS PONTOS

A análise dos relatos de naturalistas realizada nesse estudo possibilitou outras percepções sobre a relação desses visitantes com a cidade de Belém. Esta, muito além de se constituir unicamente em um ‘espaço de descanso’, ‘porta de entrada para a floresta’ ou ‘lugar de estadia’ para experiências ‘mais profundas’ na bacia amazônica, representou, na prática, um ambiente de estudos, experiências e descobertas que, em várias situações, pouco deixou a desejar às investigações efetivadas nas selvas e nos rios mais longínquos da região. Assim, embora a passagem desses estrangeiros tenha sido marcada por uma multiplicidade de experiências, foi no espaço urbano ou nas adjacências da capital do Grão-Pará que muitos viajantes realizaram seus primeiros contatos e pesquisas específicas com bichos e plantas, que, em muitas situações, não poderiam ser reproduzidas em áreas mais isoladas de floresta fechada.

No olhar de vários naturalistas experimentados, a cidade de Belém do Pará era mais do que um espaço urbano situado em uma grande floresta, significando também um lugar onde o mundo natural interferia e se relacionava diretamente com os grupos humanos que nela habitavam. Diante dessa constatação, a fauna e a flora existentes na urbe, ou em suas proximidades, também, em algumas situações, poderiam servir aos interesses científicos desses estudiosos, que, como foi observado ao longo do artigo, preocuparam-se em coletar amostras e colher informações sobre o lugar, tirando conclusões sobre aspectos do mundo natural na respectiva capital provincial.

Assim, a Belém vista pelos viajantes se constituiu em diversas circunstâncias em um núcleo urbano que contribuiu para o conhecimento científico, propiciando ‘detalhes’ muitas vezes imperceptíveis ou desprezados pelos seus moradores,



como a presença de insetos, animais e plantas, nas ruas, habitações, quintais e adjacências, um interessante campo de investigação e observação para diversos estudiosos, em sua busca de compreensão do complexo mundo natural e social, atualmente conhecido como mundo amazônico.

Por fim, o presente texto demonstrou, por meio da presença e das experiências de diversos viajantes estrangeiros na cidade de Belém, entre 1840 e 1860, que, na percepção de grande parte desses estudiosos, não havia qualquer separação consistente entre a capital do Grão-Pará e a grandiosa floresta que a circundava. A partir desse pressuposto, a urbe paraense e a floresta amazônica eram observadas como lugares distintos, mas intrínsecos de um mesmo ambiente natural e social.

REFERÊNCIAS

- ADALBERTO, Príncipe da Prússia. **Brasil**: Amazônia-Xingu. Tradução Eduardo de Lima e Castro. Brasília: Senado Federal, 2002. (Coleção "O Brasil visto por estrangeiros").
- AUGUSTO, Isabel Teresa Creão. Bens de família: cultura material e riqueza no Grão-Pará, 1808-1830. In: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; ALVES, Moema Bacelar (Org.). **Tesouros da memória**: história e patrimônio no Grão-Pará. Belém: MABE, 2009. p. 7-265.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **No rio Amazonas**. Tradução Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. 284 p. (Reconquista do Brasil).
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2004. 431 p. (Edições do Senado Federal, v. 30).
- BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. Tradução Regina Régis Junqueira; Apresentação Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- BELLUZZO, Ana Maria de M. A propósito d'o Brasil dos viajantes. **Revista USP**, São Paulo, n. 30, p. 8-19, jun./ago. 1996.
- BELLUZZO, Ana Maria de M. **O Brasil dos viajantes**. São Paulo: Metalivros; Salvador: Fundação Odebrecht, 1994.
- BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. Antonio Ladislau Monteiro Baena. In: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. p. 235-236. v. 1. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/14856>>. Acesso em: 1 fev. 2014.
- CERQUEIRA E SILVA, Ignacio Accioli de. **Ensaio Chorographico do Imperio do Brazil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1853.
- CERQUEIRA E SILVA, Ignacio Accioli de. **Informação ou descrição topographica e politica do rio de São Francisco**. Salvador: Typografia Guaycurú, 1847.
- CERQUEIRA E SILVA, Ignacio Accioli de. **Memorias historicas, e politicas da provincia da Bahia**. Salvador: Typografia do Correio Mercantil, 1835.
- CERQUEIRA E SILVA, Ignacio Accioli de. **Corografia paraense ou descrição física, histórica e política da Província do Gram-Pará**. Salvador: Typografia do Diario, 1833. Disponível em: <<http://www.historia-bahia.com/bibliografia/imagens/gram-para.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2014.
- CHIAVENATO, José Júlio. **Cabanagem**: o povo no poder. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CRUZ, Ernesto. **Nos bastidores da Cabanagem**. Belém: Oficina Gráfica da Revista de Veterinária, 1942.
- DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem**: a revolução popular da Amazônia. 2. ed. Belém: CEJUP, 1990.
- DRUMMOND, José Augusto. História ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Memorabilia amazônica*: Antônio Vieira e as corografias sobre a Amazônia colonial. **Fronteras de la Historia**, Bogotá, v. 13, n. 1, p. 139-161, 2008.
- HARRIS, Mark. **Rebellion on the Amazon**: the Cabanagem race, and popular culture in the north of Brazil, 1798-1840. New York: Cambridge, 2010.
- HURLEY, Henrique Jorge. **A Cabanagem**. Belém: Livraria Clássica, 1936.
- LEAL, Fabiana Machado. Geografia: ciência corográfica e ciência corológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 2., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP-Departamento de Geografia, 2009. p. 1-18. Disponível em: <<https://enhpgii.wordpress.com/trabalhos/>>. Acesso em: 16 fev. 2014.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Livros de viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Natureza e naturalistas. **Revista Imaginário**, São Paulo, n. 3, p. 31-57, ago. 1996.
- LISBOA, Karen Macknow. Olhares estrangeiros sobre o Brasil do Século XIX. In: MOTA, C. G. (Org.). **Viagem incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 265-299.

- MANTHORNE, Katherine Emma. O imaginário brasileiro para o público norte-americano do Século XIX. **Revista USP**, São Paulo, n. 30, p. 58-71, jun./ago. 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/25907/27639>>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- MOURÃO, Leila. História das cidades da Amazônia brasileira. **Revista Estudos Amazônicos**, Belém, v. 2, n. 1, p. 29-43, jul./dez. 2007.
- PÁDUA, José Augusto. Natureza e sociedade no Brasil monárquico. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 3, p. 313-365.
- PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 318 p.
- PEIXOTO, Nelson Brissac. O olhar do estrangeiro. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 361-365.
- RAIOL, Domingos Antônio. **Motins políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Belém: EdUFPA, 1970. 3 v. (Série José Veríssimo).
- RICCI, Magda Maria de Oliveira. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. **Anais do Arquivo Público de Belém**, Belém, v. 3, n. 2, p. 241-274, 2001.
- RICCI, Magda Maria de Oliveira. História amotinada: memórias da Cabanagem. **Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas UFPA**, Belém, v. 12, n. 1-2, p. 13-28, jan./dez. 1993.
- ROCQUE, Carlos. **Cabanagem: epopéia de um povo**. Belém: Imprensa Oficial, 1984.
- SILVA, Fabrício Herbeth Teixeira da. Aos nossos olhos europeus: alimentação dos paraenses nas crônicas de viajantes do século XIX. **Projeto História**, São Paulo, v. 42, p. 373-390, jun. 2011.
- SILVA, James Roberto. Revisitando Paul Marcoy em sua passagem pelo Amazonas: viajantes naturalistas e a vulgarização científica no século XIX. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 20., 2010, Franca. **Anais...** Franca: ANPUH-SP, 2010. p. 1-13.
- SUZANNET, Par M. Lé Comte de. **Souvenirs de voyages les provinces du Caucase, l'empire du Brésil**. Paris: G.-A. Dentu; Imprimeur-Libraire, 1846.
- VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil imperial: 1822-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VERÍSSIMO, José. Discurso pronunciado por José Veríssimo, Diretor geral da Instrução Pública perante o Governador do Estado, Capitão-Tenente Bacellar Pinto Guedes, por ocasião de se inaugurar o museu, restaurado em 13 de maio de 1891. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia**, Belém, v. 1, n. 1-4, p. 5-8, 1896.
- WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. Notas de Basílio de Magalhães. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2004. (Edições do Senado Federal, v. 17). Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1092>>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 23-44, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2003000200003>>. Acesso em: 22 fev. 2014.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324/1463>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

